

“Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)

Aline Weber Sulzbacher

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

e-mail: aline.weber@ufvjm.edu.br

Leonardo Cesar Fernandes

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

e-mail: leonardocsar@yahoo.com.br

Clebson Souza de Almeida

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: clebson.almeida@ufvjm.edu.br

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar reflexões sobre a formação sócio-espacial e a constituição política do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil) e, a partir dela, discutir sobre a relação entre a questão agrária, a mineração e os grandes projetos de desenvolvimento, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A história dessa região registra uma formação social subordinada à ação de agentes externos pautados na apropriação dos recursos minerais e da terra. Essa configuração está colocada desde a colonização e ocupação, empreendida pela coroa portuguesa (séc. XVII até XIX) e, com outras roupagens, vem se destacando com a chegada de grandes projetos de desenvolvimento (minerários, agrários e hidrelétricos) através da intervenção e regulação do Estado (séc. XX e XXI), reproduzindo lógica da acumulação primitiva de capital e do lugar ocupado por esta região na divisão internacional do trabalho. Disto, a formação social deste território apresenta contradições e espaços de resistências principalmente protagonizadas pelos povos e comunidades tradicionais, que serão indicados na análise.

Palavras chaves: Estado; desenvolvimento; comunidades tradicionais

“In the mines, the land is worth gold” agrarian issue and mining in the Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil)

Abstract

This text aims to present reflections on socio-spatial formation and the political constitution of the Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil) and, from there, discuss the relationship between the agrarian issue, mining and major projects development, especially from the second half of the twentieth century. The history of the region registers a social formation subordinated to the action of external agents based on the appropriation of mineral and land resources. This configuration has been in place since colonization and occupation, undertaken by the Portuguese crown (17th to 19th centuries) and, in other guises, has been standing out with the arrival of major development projects (mining, agrarian and hydroelectric) through intervention and regulation the State (20th and 21st centuries), reproducing the logic of primitive capital accumulation and the place occupied by this region in the international division of labor. From this, the social formation of this territory presents

contradictions and spaces of resistance mainly led by traditional peoples and communities, which will be indicated in the analysis.

Keywords: State; development; traditional communities.

"Enlas minas, la tierra vale oro", problema agrario y minería en el Vale de Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)

Resumen

Este texto tiene como objetivo presentar reflexiones sobre la formación socioespacial y la constitución política del Vale de Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil) y, a partir de ahí, discutir la relación entre la cuestión agraria, la minería y los grandes proyectos de desarrollo, especialmente de la segunda mitad del siglo XX. La historia de la región registra una formación social subordinada a la acción de agentes externos basada en la apropiación de los recursos minerales y la tierra. Esta configuración ha estado vigente desde la colonización y ocupación, realizada por la corona portuguesa (siglos XVII al XIX) y, en otras formas, se ha destacado con la llegada de grandes proyectos de desarrollo (minería, agraria e hidroeléctrica) a través de la intervención y la regulación. El Estado (siglos XX y XXI), que reproduce la lógica de la acumulación primitiva de capital y el lugar que ocupa esta región en la división internacional del trabajo. A partir de esto, la formación social de este territorio presenta contradicciones y espacios de resistencia liderados principalmente por pueblos y comunidades tradicionales, lo que se indicará en el análisis.

Palabras clave: Estado; desarrollo; comunidades Tradicionales

Introdução

A relação entre a questão agrária e a mineração é um tema que tem suscitado provocações e debates, inclusive na realidade das bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha e Pardo (em especial, da porção do alto rio Pardo). Se, por um lado, essas duas regiões apresentam formação sócio-espacial estruturada historicamente em diferentes formas de realização da mineração (garimpo tradicional à grandes empreendimentos) ainda que articuladas ao mercado externo e cumprindo papel na divisão territorial do trabalho internacional, por outro lado, resta evidente que há uma significativa intensificação dos processos de expropriação dos povos, comunidades e bens comuns em prol da instalação de grandes projetos de desenvolvimento (GPD), conforme Alentejano e Tavares (2019, p. 194):

Os GPDs podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoelétricas, portos, barragens, etc.), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc.).

A bacia hidrográfica do Jequitinhonha, um dos polos de maior riqueza mineral (ouro e diamante) explorada pela coroa portuguesa até meados do século XIX, paradoxalmente,

desde a década de 1960 entra nos índices e nos discursos governamentais como uma das regiões mais pobres do país, considerada de maneira pejorativa, porém estratégica para os planos siderúrgico e minerário, como um “bolsão de miséria”. (ALMEIDA, 2018).

No contexto econômico do período entre 2002 e 2011 o Brasil e outros países da América Latina experimentaram o que na economia mineral chamamos de *boom ou superciclo das commodities*, isso se deu devido especialmente à rápida elevação no preço de alguns minérios no mercado global. O Brasil participou de maneira ativa neste período, com grandes implicações territoriais por meio da intervenção estatal para a abertura de novas minas, duplicação de ferrovias, ampliação de portos, pressão para venda de terras, para exportar minério, etc.

Tais processos estão no bojo geopolítico, na reprodução histórica neocolonial de uma economia primária, portanto, a expropriação de terras para a implantação dos GPDs é uma das principais origens de graves e variados conflitos sociais, ambientais e, sobretudo, territoriais – pois, afinal, envolvem determinados grupos sociais cuja relação com o espaço é basilar para forjar seu modo de vida, cultura e valores, debate proposto por Ricardo Jr. Fernando Gonçalves da Universidade Estadual de Goiás para o I Encontro de Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri com a discussão sobre o tema: “O rural, questão agrária e mineração”. Portanto, conforme discute Sampaio Júnior (2001, p. 03), a questão agrária continua sendo um “nó estratégico do processo histórico de formação do Brasil contemporâneo, ressaltando a importância estratégica do latifúndio como uma das bases fundamentais do padrão de acumulação e dominação do capitalismo dependente”.

Considerando estas questões, este artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a formação sócio espacial e a constituição política da região do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e, a partir dela, discutir sobre a relação entre a questão agrária, a mineração e os grandes projetos de desenvolvimento, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

As questões, reflexões, dados e provocações apresentadas ao longo deste texto têm por base projetos de pesquisa que fizeram/fazem parte das atividades desenvolvidas pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro¹ - grupo interdisciplinar de pesquisa, extensão e ensino vinculado à UFVJM. Indicamos, principalmente, três: 1) pesquisa de mestrado (2016-2018) intitulado “Território da água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura de eucalipto no alto Jequitinhonha” vinculado ao Programa de

¹Agradecemos as contribuições da equipe de pesquisadores populares (cerca de 60 jovens vinculados à educação básica ou tecnológica ou superior) do Projeto Veredas Sol e Lares que tem produzido dados a partir da análise da realidade das comunidades dos vales do rio Jequitinhonha e do rio Pardo, bem como as sistematizações e análise desses dados por parte da equipe (10 jovens vinculados ao ensino superior) vinculada ao Observatório dos Vales do Semiárido Mineiro. Em especial, apoio de Natália Faria de Moura e as sugestões do Prof. Dr. Marcelino Moraes.

Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) com concessão de bolsa pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); 2) pesquisa de iniciação científica (2018-2019) “Questão Agrária, mineração e desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha” com concessão de bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); 3) Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D) (2018-2022) “Veredas Sol e Lares - Desenvolvimento econômico e social no semiárido mineiro a partir da mobilização capacitação e participação das populações para o emprego da geração híbrida fotovoltaica distribuída na revitalização de empreendimentos hídricos” aprovado no chamamento público para o Programa P&D da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), executado pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) com apoio de parceiros, em especial o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). (SULZBACHER E STEFFENS, 2019).

Em todos os casos, os procedimentos metodológicos têm abordagem qualitativa, considerando processo de investigação progressivo de dados e a produção de análises e reflexões que possam subsidiar a novas indagações e pesquisas. Ou, ainda, conforme define Triviños (1987, p. 131): “a pesquisa qualitativa não segue sequencia tão rígida das etapas assinaladas [...]. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de nova busca de dados”. Também têm como referência a Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1985), prezando pela inserção e interação do pesquisador/a no grupo/comunidade dos sujeitos pesquisados, de forma que ambos interajam numa participação mútua, considerando a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais que não são definidos à priori, mas construídos historicamente, buscando promover a produção coletiva de conhecimentos como patrimônio dos grupos historicamente invisibilizados. Tal estratégia de ação tem por horizonte contribuir com as comunidades em suas lutas sociais, na identificação das principais demandas e no apontamento de caminhos possíveis.

Ademais, podemos mencionar outras fontes de pesquisa: a pesquisa documental e bibliográfica; o levantamento de dados secundários em a partir do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (CODEMIG) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros; e, imbuídos dos valores da pesquisa participante, consideramos fundamental a participação em eventos promovidos por organizações populares e sociais em que as temáticas foram abordadas, como a exemplo a participação no III Encontro dos Povos do Espinhaço em 2018 (distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro, MG), em específico, na roda de conversa sobre o tema “Conflitos Socioambientais e a Mineração nas comunidades tradicionais (quilombolas) do município do Serro (MG)”.

Por fim, cabe registrar que os crimes ocorridos em Mariana (MG) e em Brumadinho (MG), tem relação direta com a forma como a mineração é acionada pelas empresas e Estado, cuja centralidade é a remuneração do capital. Este cenário, catastrófico e previsível, pode ser somado a outros que ocorrem cotidianamente, em diferentes escalas.

Por isso, é urgente e necessário os debates em torno dessa temática, principalmente os impactos que ela comete sobre a vida, aos modos de vida e ao meio.

Do rio ao vale: a formação sócio-espacial e as diferentes valorações do Jequitinhonha

Nesta sessão, temos por objetivo apresentar algumas reflexões sobre a formação sócio espacial e a constituição política da região do Vale do Jequitinhonha com base no enunciado “nas minas, a terra vale ouro”.

A contribuição de Martins (2004, p. 708 – grifos nossos) ajuda a situar histórica e geograficamente:

Entre os anos de 1780 e 1781, José Joaquim da Rocha escreveu sua *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, na qual se refere ao Rio Jequitinhonha nos seguintes termos: “O Rio Jequitinhonha, que tem o seu nascimento ao norte das serras de Santo Antônio e Itambé da Vila do Príncipe, é o tesouro mais precioso destas Minas; não só o Jequitinhonha, mas todos os mais rios e ribeiros que nele se metem, desde o seu nascimento”. O competente cartógrafo referia-se, é claro, aos depósitos de ouro, diamantes e pedras preciosas explorados no Jequitinhonha, Araçuaí, Piauí e Itacambiruçu, que motivaram a ocupação inicial do nordeste das Minas Gerais e garantiram, pelos séculos posteriores, **o lugar destacado do rio Jequitinhonha no cenário provincial e estadual.**

Esta provocação inicial procura chamar atenção à própria história de constituição do estado de Minas Gerais, como um território que agrega tanto as “minas” como os “gerais”, ambos nominados a partir da visão do colonizador e forasteiro. A expropriação dos recursos minerais, durante o ciclo econômico do ouro e de outras pedras preciosas, foi um marco da ocupação territorial e do povoamento em Minas Gerais. A formação das regiões de mineração ao longo de afluentes e do rio Jequitinhonha não foge da construção histórica do próprio estado, visto que, segundo o Diagnóstico do Jequitinhonha elaborado pela Fundação João Pinheiro, essa região “só participa da história econômica brasileira a partir da descoberta do ouro e do diamante nos séculos XVII e XVIII, quando então se verificou o início do povoamento do Serro (1700), Diamantina (1713), Grão Mogol (1759) e Capelinha (1809)”. Portanto, estes e outros locais que apresentavam grande potencial para instalação de “minas” foram o grande mote para intensivas campanhas de colonização (ou, mais

sutilmente, de ocupação) financiadas e impulsionadas pelas riquezas minerais que a formação geológica e geomorfológica levava milhões de anos para gerar e trazer a superfície. Antes mesmo que as minas virassem lavras e com elas a formação de sistemas sociais, culturas e crenças, redes e relações econômicas para exploração, o diamante e o ouro estavam presentes em abundância nos ambientes por força dos processos naturais de modelagem das paisagens (intemperização, erosão etc.).

A colonização pela exploração de atividades de mineração é impulsionada pela “cobiça e a esperança, irmanadas no sentido do encontro das legendárias esmeraldas, das minas de prata, do ouro, do diamante, conduziram às plagas mineiras centena, milhares de indômitos aventureiros europeus e nacionais” (BRANDÃO, 1974, p. 19). A busca pela exploração dos recursos minerais e a ocupação de novas terras, foram as peculiaridades que atraíram diversos bandeirantes para a região, que ao longo da história, foram surgindo diversos exploradores que organizavam as expedições com a finalidade de desbravar o sertão mineiro.

Um deles foi o bandeirante Sebastião Leme do Prado, que atravessou os chapadões da margem direita do Jequitinhonha, chegando aos seus afluentes Itamarandiba, Araçuaí e Fanado. “Por ter encontrado num afluente deste último uma surpreendente quantidade de ouro [...] as terras foram repartidas e para lá se dirigiu grande quantidade de mineradores” (SOUZA, 2010, p. 28-29). Este local recebeu o nome de Vila das Minas do Fanado em 1729, e após mudanças no decorrer do século, adotou em 1840 o seu nome atual, Minas Novas (SEABRA, 2010).

Para tomarmos como exemplo, no início do século XVIII estima-se que em Minas Novas tenham sido extraídas enormes quantidades de riquezas do solo. Souza (2010) relata que até o ano de 1736, em apenas 09 anos de garimpo, foram enviados à Bahia 435 arrobas (6.525 quilos) de ouro. Tendo como referência a cotação do ouro no Brasil, que é vinculado às bolsas de valores de Nova York e Londres, esta quantidade valeria em 2018, algo em torno de R\$ 900 milhões de reais (ALMEIDA, 2018). Porém,

Essa fase de euforia, entretanto, durou pouco tempo. A diminuição gradativa da exploração da atividade mineradora contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais. Era uma atividade de subsistência, que consolidou, ao longo do tempo, **uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos**. Isso constituiu um processo de lenta ocupação de grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra. Essas chapadas ficaram como reserva natural, lugar do qual se lançava mão para a coleta de frutos silvestres e para a criação do gado vacum (SOUZA, 2010, p. 58 – grifos nossos).

Assim, é recorrente encontrar no modo de vida das comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha uma associação entre garimpo artesanal e práticas agrícolas ou pesqueiras. Em se tratando das ocupações atuais, em diferentes locais do rio Jequitinhonha é possível encontrar populações que passam a se autodeclarar como quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos ou vazanteiros. Estas populações transitam pelas mais variadas atividades, incluindo a lida com a lavoura, o quintal (ambiente extensivo ao espaço doméstico voltado para produção de víveres vegetais e pequenos animais), com a criação extensiva de animais, a pesca e o garimpo. Para Ribeiro (2017), em pesquisa etnográfica na comunidade de São João da Chapada (distrito do município de Diamantina) que toma como ponto de partida a experiência de mulheres garimpeiras para falar sobre resistência à colonialidade, afirma: “O garimpo braçal, tal como a roça e a *panha* de flores, todas atividades sazonais e de pequena escala, sustentadas pela mão de obra disponível na família, não pressupõem nenhum tipo de ascensão socioeconômica ou acumulação de riqueza”. (RIBEIRO, 2017, p. 03). Esta combinação entre as diferentes atividades faz parte do que a autora identifica como “existência e persistência desses coletivos sob a modernidade”:

Na região de Diamantina é muito comum que as pequenas comunidades rurais combinem diferentes atividades sazonais na base de sua manutenção material: o garimpo braçal (conhecido na legislação e políticas públicas como artesanal), a agricultura e a coleta de flores para o mercado de ornamentação são as principais em São João e Quartel. Em linhas gerais, o garimpo braçal corresponde a explorações em pequena escala, sem uso de mercúrio ou qualquer outro implemento químico ou maquinário. É por isso também que o garimpo braçal é sazonal, ele depende do clima, do regime de chuvas e volume dos cursos d’água para extração. No lugar de máquinas e insumos químicos há numerosos instrumentos e apetrechos de metal e madeira. As mesmas técnicas e instrumentos correntes no garimpo braçal podem ser encontradas na literatura e iconografia da mineração colonial desde os primeiros descobertos de ouro e diamantes em Minas Gerais, a partir do final do século XVII (literatura de viajantes, religiosos, memorialistas, artistas e cientistas), algumas vezes atualizadas com adaptações de materiais ou usos. Esse conhecimento se mantém e se atualiza ao longo do tempo através da oralidade e do engajamento prático desde a infância, pelo aprendizado com as pessoas de casa ou com outras pessoas da mesma comunidade. (RIBEIRO, 2017, p. 03).

A estruturação de uma dinâmica regional, cuja base econômica é centrada na mineração ainda que com diferentes arranjos sociais, foi tão marcante que Martins propõe uma periodização no século XIX:

A extração de diamantes nas lavras do Alto Jequitinhonha apresentou, no século 19, fases bastante distintas que variaram da euforia ao desalento. Se tomamos os volumes de produção e os preços do diamante, as mudanças na legislação minerária e os padrões de organização das lavras, podemos propor a seguinte periodização para a atividade no Oitocentos: a) 1808 a

1832 – Primeira crise do diamante; b) 1832 a 1870 – *Boom* da atividade garimpeira; c) 1870 a 1897 – Segunda crise do diamante e; d) 1897 a 1930 – Reanimação da atividade mineradora. (MARTINS, 2012, p. 612)

Com as lavras, a estrutura social e econômica de exploração vai criando hierarquias baseadas no trabalho e principalmente na cor/raça. O controle das lavras exige infraestrutura e investimentos que geram regras e repartição dos resultados, que passam a estar associados também ao controle da terra. Diferentemente do garimpo artesanal que normalmente tem uma característica itinerante e com menor impacto na paisagem, há casos de garimpos empresariais que estabeleceram estruturas que expressam longo período de exploração. É principalmente nestes casos que a propriedade privada da lavra e seu entorno assume centralidade, inclusive com impacto nas relações de trabalho.

Há outro elemento importante nessa progressiva apropriação das terras para controle da produção mineral que é a expectativa e a especulação sobre novas áreas de garimpo. Essa relação promiscua com o vislumbre do rápido enriquecimento, deixou legados tanto na paisagem (com áreas devastadas por escavações de grande impacto em estruturas de solo frágil), quanto nas relações sociais. Martins (2008, p. 611) explica parte desse processo ao analisar o impacto da crise da mineração no período de 1870 a 1890:

Outra faceta da crise da mineração está associada ao **aumento dos conflitos pela posse das lavras**, bem como às incertezas decorrentes das ambiguidades e modificações da legislação brasileira, na transição da Monarquia para a República. O regime de livre exploração possibilitou o **avanço contínuo do processo de concentração dos terrenos diamantinos nas mãos de poucos proprietários**, que frequentemente **especulavam com os lotes de terras minerais**. Este processo alimentou disputas às vezes dramáticas pelas áreas de extração mineral. (Grifos nossos).

Portanto, na medida em que a mineração é a principal atividade econômica que se projeta a ocupação e colonização de novas áreas com potencial de recursos, aumentam os conflitos também relacionados à terra. E, nesta disputa, coloca-se em questão também a finalidade social da terra, sobretudo para a produção de alimentos que pudessem garantir a manutenção de força de trabalho exclusivamente dedicada ao garimpo (em suas diferentes escalas de produção). É imprescindível reconhecer também os conflitos com os povos originários e toda violência relacionada, inclusive com genocídio das populações – estas, nem sempre mencionadas nas obras ou quando citadas, as mortes são mencionadas como que *por ordem natural* a exemplo das doenças. O front dessa fronteira agrária e mineral deixa como legado a morte às várias formas de vida.

Como característica da mineração à época, a força de trabalho dos povos negros escravizados, era a principal mão de obra em Minas Novas e com a decadência do ouro, muitos cativos foram comprados pelos fazendeiros para trabalhar na agricultura do algodão,

para desbravar as terras para a pecuária ou mesmo para aventurar à procura de ouro em leitos de ribeirões dentro das fazendas. Ou, ainda, muitos sujeitos escravizados se aglutinaram em quilombos, a exemplo do município de Chapada do Norte, em que o espaço urbano é considerado o maior quilombo urbano do Vale do Jequitinhonha (90% da população) e a área rural abriga 13 comunidades quilombolas certificadas, conforme a Fundação Cultural Palmares (2019). Por fim, a expropriação da terra vai impondo situação, afinal aqueles “que não estavam aglutinados em quilombos se dispersaram em busca de um local, o mais distante e de difícil acesso possível, em que pudessem obter os meios e as condições de manutenção de suas vidas”. (FÁVERO, 2013, p. 04).

Assim, o espaço agrário foi sendo produzido numa disputa aberta entre negros descendentes de etnias africanas, brancos descendentes de etnias europeias e os nativos com grande variação étnica, sendo geralmente mencionados os povos Mocunins, Malalis, Aranãs e Boruns, como se autodenominavam (SOARES, 2010). Tendo como referência as condições que o meio geográfico oferecia, de maneira geral os processos de ocupação passaram a priorizar como lugar de morada a *Grota* ambiente este que é complementar e intrínseco à *Chapada*. Ambos se constituem como um complexo produtivo, extrativista, de moradia e de sociabilidade, ou seja, como um único território, que é característica própria da região do Alto Jequitinhonha (ALMEIDA, 2018).

Assim, já no final do século XIX, após uma sangrenta derrota das tribos locais, esta “partição” foi se estabelecer de maneira mais evidente. Ao analisar esse processo histórico, Souza (2010, p. 58-59) identifica quatro tipos diferentes de sistemas agrários que tem em comum a progressiva ocupação de terras devolutas e a constituição de modos de vida em consonância com o meio:

- 1) Grandes extensões de terra devolutas, que funcionavam como propriedade coletiva [quilombos e chapadas];
- 2) grande quantidade de pequenos e médios proprietários de terra que nela trabalhava com a família e/ou na base do sistema camarada pago ou dia trocado [grotas];
- 3) grandes fazendas tocadas à base do trabalho escravo ou “assalariado” e que foram, por muito tempo, o ponto de sustentação de uma vasta estirpe de coronéis de patentes variadas e de diversos tipos de poder de mando [fazendas];
- 4) vasta rede de agregados que trabalhavam a terra de outros em função do pagamento por produto ou simplesmente para doar terras virgens para o plantio de pastagens [agregados].

Assim, pode-se concluir que a região atraiu grandes levas de população em função de seu potencial mineral, implicando no confronto com os grupos nativos e, após o fim da disponibilidade para mineração, muitos permaneceram, dando origem a comunidades e a modos de vida adaptados às condições do meio geográfico. Após esse ciclo de pujança da mineração, seguem as atividades do garimpo artesanal (restrito a alguns locais e grupos, de

forma esporádica), a agricultura, o extrativismo e a pecuária extensiva em áreas comuns (ALMEIDA, 2018).

A disputa pelo uso e acesso à terra tende se acentuar: se antes o garimpo tradicional disputava áreas com os médios e grandes empreendimentos, a partir de meados do século XX serão descobertos depósitos de quartzo, manganês e cromo (SCLIAR, 1995) que passam a manter interesse de exploração mineral sob viés capitalista: “O diamante e o ouro, mas também as rochas ornamentais, a cianita, o feldspato, a mica, as gemas, o manganês, o caulim e o quartzo, são muitas vezes lavrados a partir de **acordos entre os garimpeiros, os donos da terra e os financiadores do serviço**”. (SCLIAR, 1995, p. 70 – grifos nossos).

Assim, as redes que ligam o Vale do Jequitinhonha ao mundo sempre foram múltiplas, mas centradas na expropriação de tudo que nesta terra se apresentasse como possível riqueza traduzível em valoração monetária.

Em contraposição, os povos originários tinham outras referências. Os povos que foram se conformando no encontro de etnias, de modos de vida, de crenças e valores, apresentam hoje um enlace de várias origens e que passam a reivindicar outras formas de relação com o rio Jequitinhonha, instituindo uma defesa ao Vale como um todo – valorizando a diversidade de territórios, a partir de legados como a resiliência, a espiritualidade (presente em formas variadas) e valores comunitários tecidos por necessidades e ameaças permanentes à sobrevivência. Assim, esses territórios da vida marcam o enfrentamento ao processo opressor e expropriatório ligado às atividades econômicas que sustentam a estrutura econômica regional submissa aos mercados internacionais.

Assim, traduzir a identidade cultural e política que se forja a partir do povo dessa região e que passa a se reconhecer na ideia positiva de “Vale do Jequitinhonha” em contraponto às imagens criadas pelo Estado e pela mídia para implementar políticas desenvolvimentistas (miséria, pobreza, vazio demográfico etc.), é um enorme desafio que se arrisca à incompletude.

Nas minas, a terra vale ouro: questão agrária, mineração e desenvolvimento

É sempre fundamental ter presente que a disputa pela terra é central na consolidação da propriedade privada e, portanto, para reprodução do capital. Hobsbawn (2016), ao analisar o período entre 1789 e 1848, indica que foram necessárias três mudanças para transformar as relações sociais do campo e os sistemas agrários tradicionais, sendo: 1) a transformação da terra em mercadoria – com proprietários privados

e passíveis de negociação; 2) a terra passou a ser propriedade “de uma classe de homens desejosos por desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, isto é, pelos seus próprios interesses e pelo lucro”. (HOBBSAWN, 2016, p. 236) e; por fim, 3) a população rural tinha que ser transformada em trabalhadores assalariados (seja no campo, seja na cidade). Estas mudanças contribuem para compreender a questão agrária, pois se refere diretamente ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e que implica na disputa classista pelos meios de produção (capital, trabalho e terra).

Ao analisar as origens agrárias do capitalismo, Wood (1998, p. 13/14 – grifos nossos) apresenta de forma muito clara:

Por muitos milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais por meio do trabalho da terra. E provavelmente durante um período mais ou menos similar estiveram divididos em classes sociais, constituídas por aqueles que trabalhavam a terra e aqueles que se apropriavam do trabalho dos outros. Essa divisão entre produtores e apropriadores tem assumido diversas formas dependendo do tempo e do lugar, mas possuindo uma característica geral, qual seja, a de que os produtores diretos têm sido camponeses. Esses produtores camponeses permaneceram na posse dos meios de produção, especialmente a terra. [...] [...] a diferença essencial entre todas as sociedades pré-capitalistas e as capitalistas [...] tem tudo a ver com **as relações de propriedade entre produtores e apropriadores**, seja na agricultura, seja na indústria.

Portanto “a relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. **Tão logo a reprodução capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior**”. (MARX, 2015, p. 786 – grifos nossos). Entende-se, assim, que ainda há muito a compreender e debater sobre a questão agrária brasileira, pois ela atualiza desafio de compreender a disputa classista sobre o acesso e a propriedade privada dos meios de produção no campo e as relações sociais implicadas nos processos produtivos, que indicam também sobre a reprodução social dos sujeitos, seus vínculos familiares e comunitários; provoca a problematizar a análise sobre as diferentes atividades realizadas e a produção do espaço agrário brasileiro, bem como sobre a função social das riquezas geradas (produzimos o que? Para que? Para quem?).

A partir destas considerações, entendemos que embora a aparência suponha já superada, a questão agrária segue pulsante e exerce centralidade na expansão e produção do capital em áreas como o Vale do Jequitinhonha – isso fica evidente quando provocamos uma correção com o modelo de mineração!

A relação entre questão agrária e mineração tem sido discutida por alguns autores e, em especial, trazemos aqui a contribuição de Gonçalves et. al. (2018, p. 351 e 355):

Os primeiros anos do século XXI representaram um período de crescente expansão do **setor extrativo mineral e agropecuário** na América Latina. Com isso, **terra, energia, água, minérios, grãos e espaço territorial** passaram a situar-se presentes, direta ou indiretamente, na **gama de mercadorias** que fazem os países desta região **atuantes no comércio internacional**.

[...] a proximidade entre o setor mineral e a questão agrária também expõe exemplos concretos da “incorrigível lógica do capital” (MÉSZÁROS, 2007) e **seus impactos na natureza, no trabalho e na vida de milhares de sujeitos em seus espaços de existência coletiva**. (Grifos nossos)

A intensificação dos processos de transformação dos bens naturais (e bens comuns) em mercadorias tenciona a fronteira de mercantilização da natureza e dos territórios da vida. Gonçalves et. al. (2018, p. 350) aponta como estratégias das empresas que atuam na mineração “a usurpação de bens comuns, reconfigurações espaciais, expulsão de comunidades tradicionais de seus espaços de existência, corrosão de ecossistemas, estrangulamento do campesinato, exploração do trabalho e violação de direitos humanos”.

Todos esses processos já foram e ainda são vivenciados por sujeitos e comunidades no Vale do Jequitinhonha pois, afinal, as políticas continuam alinhadas com a implementação de grandes projetos de desenvolvimento. Na década de 1950 e 1960, estes projetos se basearam em levar o progresso para uma região dotada de estigmas sociais que foram disseminados através da produção de diagnósticos estaduais que buscavam interpretar uma série de características socioeconômicas sobre a região. A obra de Mateus de Moraes Servilha, “Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa” (2015), apresenta análise histórica sobre as questões econômicas, políticas e sociais que foram utilizadas para justificar as ideias desenvolvimentistas, sendo o principal produto a criação dessa região a partir de determinadas características. Um dos instrumentos para impulsionar o desenvolvimento no período de 1960 a 1980 foi a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE). Assim, “a “descoberta” do Vale do Jequitinhonha em 1964 não significou a “descoberta” de uma pobreza “ímpar”, mas sim a “descoberta” de uma área rural ausente de um projeto de desenvolvimento regional estatal (SERVILHA, 2015). E, portanto, era urgente que estivesse alinhada com transformações voltadas para integração e modernização do estado de Minas Gerais: “Muito desse processo se deve ao nacional-desenvolvimentismo articulado em escala estadual e nacional por, entre outros, Juscelino Kubitschek” (SERVILHA, 2015, p. 41). Diversos estigmas e estereótipos foram disseminados para classificar o Vale do Jequitinhonha:

Há quatro classificações valorativas negativas centrais a partir das quais **a região do Vale Jequitinhonha é inventada, significada e estigmatizada**. 1- enquanto uma **região tipicamente rural**, sofrendo estigma “urbano etnocêntrico” que a qualifica como atraso, resíduo a ser superado pelo desenvolvimento e progresso 2 - enquanto região inserida (em parte) no

semiárido nordestino brasileiro, recebendo a valoração de “sertão”, estigmatizada socialmente negativamente enquanto área a ser incorporada, **dominada, transformada e civilizada** 3 - enquanto região interiorana, sofrendo, simultaneamente, todas as valorações produzidas pelo processo de ocupação territorial brasileiro, que possui como uma de suas marcas centrais a litoralização do poder político em detrimento do interior do país (que se estruturou em grande parte através de elites e oligarquias regionais) espaços antagônicos aparentemente desarticulados, mas partes de um mesmo sistema econômico, político e cultural 4 - é o título de Vale da miséria, ainda atribuído, por muitos, à região, recebido, como vimos, na década de 1970 e construído, em especial, através de representações socioespaciais presentes em diagnósticos governamentais e reportagens jornalísticas (SERVILHA, 2015, p. 135-136 – **grifos nossos**).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico da região esteve bastante voltado para o mercado internacional e com a anunciação do desenvolvimento, a partir da década de 1970, por grandes empreendimentos, reforçou o foco na exploração *in natura* dos recursos naturais, **projetos esses que só se efetivam a partir do controle da terra**, sobretudo, pela forma com que o Vale do Jequitinhonha mineiro inseriu-se na divisão internacional do trabalho e, portanto, no circuito internacional da produção a partir do extrativismo.

Em outras palavras, a instalação de grandes empreendimentos minerários com foco na exportação dos recursos extraídos, traz sérios impactos em determinados grupos sociais, pela desapropriação de terras das comunidades e dos camponeses, cujos modos de vida, valores e cultura, são diretamente afetados. Assim enfatiza Servilha (2015): “muitos dos programas de desenvolvimento realizados na região contribuíram, na verdade, para a expulsão e a invasão das terras camponesas e para o conseqüente aumento da concentração fundiária” (SERVILHA, 2015, p. 146). Isso tudo se dá pelo interesse de exploração econômico das empresas comprometidas com o processo de desenvolvimento pautado na viabilidade econômica. Neste sentido, o processo de desenvolvimento da região sempre ficou nas mãos de grandes empreendimentos, sobretudo internacional, voltadas para a exportação dos recursos naturais e sem o devido resguardo dos interesses da população impactada e da soberania nacional:

A mineração era proposta como uma possibilidade de desenvolvimento econômico regional, ainda pouco aproveitado, que geraria renda para a população do Vale do Jequitinhonha. Muitos foram os grandes empreendimentos minerais instalados na região, legitimados pelo discurso da redenção da pobreza. Os discursos de pobreza regional e de sua superação geraram, mais do que políticas que objetivavam a minimização de tal pobreza, a possibilidade de diversos grandes empreendimentos econômicos na região (SERVILHA, 2015, p. 139).

É exemplar a situação apresentada por Scliar (1995, p. 66):

A fundação da Tejucana S.A, em 1962, com a instalação de dragas de grande porte no Rio Jequitinhonha para a mineração do diamante e ouro modificou o patamar da atividade mineral na região. Em 1988, a Rio Novo

Mineração, do Grupo Andrade Gutierrez, também iniciou a extração de diamante e ouro dos alúvios do Rio Jequitinhonha, utilizando dragas alcatruzes.

E a disponibilidade de recurso mineral enseja também outros tipos de exploração, como o garimpo tradicional, embora muitas vezes invisibilizado e historicamente criminalizado (embora muito funcional ao sistema), tem relevância significativa tanto para a reprodução social de muitos sujeitos do campo quanto na forma como a transferência de renda é apropriada pelos circuitos superiores do capital internacional:

Para alguns conhecedores do comércio de diamante na região [Diamantina] a produção dessa gema no período que vai de 1985 a 1993 girou em torno de 200.000 ct/ano, dos quais por volta de 120.000 ct/ano são produzidos pelos garimpeiros. Quanto ao ouro, ninguém se arrisca a quantificar o porte da produção. [...]

Em 1990 o DNPM promoveu um levantamento nacional de garimpeiros (Brasil 1993), cadastrando os trabalhadores dos garimpos de todo o país. Segundo informações de técnicos do DNPM que participaram dessa campanha, **no Rio Jequitinhonha foram encontradas 300 bombas registradas no IBAMA, envolvendo o trabalho de 6.756 garimpeiros. A previsão é que esse número se situava, na realidade, em torno de 3.000 bombas.** A relação econômica predominante era a seguinte: 5% para o titular do direito minerário; **5% para o dono da terra**; 25% ao fornecedor de alimentação e moradia no local; 25% para dividir entre os trabalhadores que atuavam no garimpo (meia praça); 40% para o proprietário das bombas de sucção (dragas). (SCLAR, 1995, p. 70 e 71 – grifos nossos).

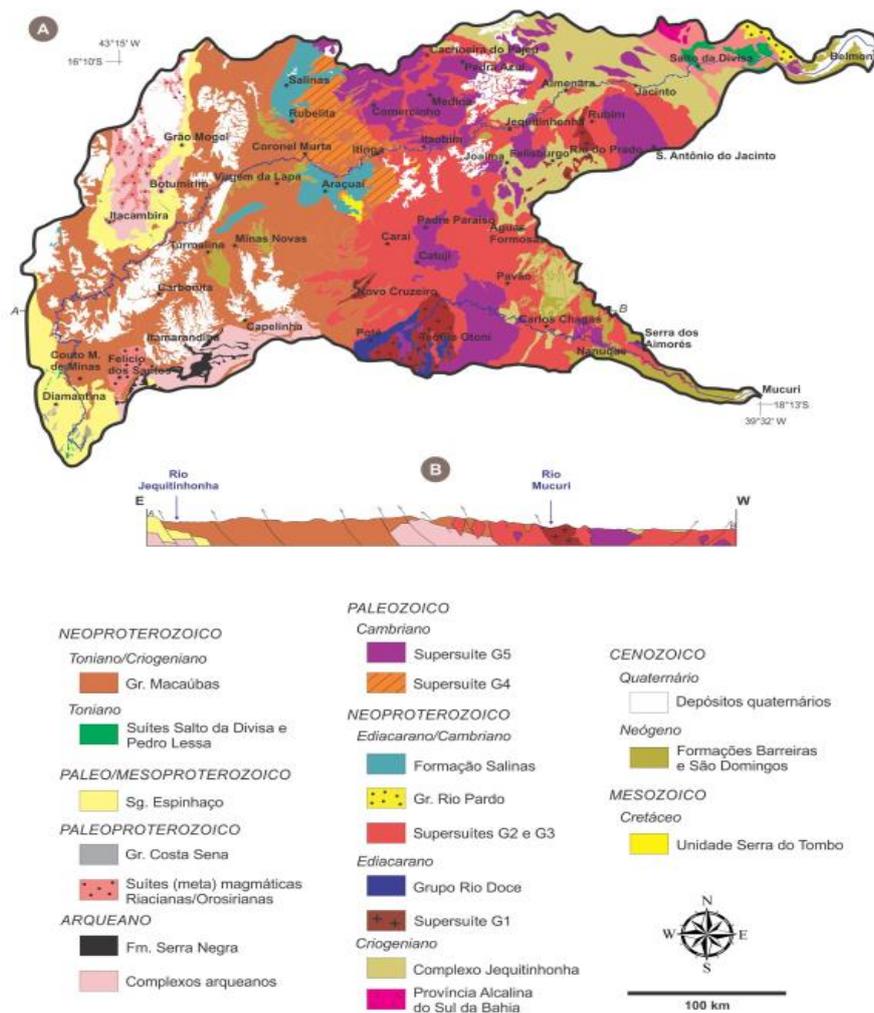
Seja qual for a escala da produção, de garimpeiros a grandes empreendimentos, não significa que esses processos estejam registrados conforme recomenda a legislação vigente, tal como fica explícito na proporção entre as 300 bombas registradas e a realidade estimada em 3000 bombas. Ou seja, há uma realidade da exploração mineral que passa pelos circuitos informais da economia.

A região apresenta grande riqueza mineral, conforme apresenta a Figura 01 e a indicação de Brandão (1974, p. 67-71):

- GRUPO A: abrangendo os Municípios do Serro, Datas e Rio Vermelho: ouro, diamantes, platina, bauxita, crisoberilo, cromita, cristal de rocha, pedras preciosas, columbita, cobre e amianto;
- GRUPO B: abrangendo os Municípios de Diamantina, Couto Magalhães de Minas, Felisberto Caldeira, Felício dos Santos e Senador Modestino: ouro, diamantes, platina, ferro, manganês, bauxita, columbita, rubelita, grafita, tantalita, cristal de rocha, euclásio, amianto e calcário.
- GRUPO C: abrangendo os Municípios de Itamarandiba, Capelinha, Carbonita e Malacacheta: ouro, ferro (em grande quantidade e de excelente teor), mica, grafita, calcário, argila, caulim, água-marinha, berilo, citrino, ametista, feldspato, cristal de rocha, carvão de pedra (grafitoso) e amianto.
- GRUPO D: abrangendo os Municípios de Bocaiúva e Itacambira: ouro, diamantes, calcário, grafita, cristal de rocha (em abundância) e pedras coradas.

- GRUPO E: abrangendo os Municípios de Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo e Francisco Badaró (região especificamente aurífera): ouro, diamantes, crisoberilo, columbita, euclásio, topázio, mica, grafita, granadas, cristal de rocha, calcário, berilo, ametista, turmalina, caulim e amianto.
- GRUPO F: abrangendo os Municípios, de Botumirim, Cristália e Grão-mongol: ouro, diamantes, ferro, mica, grafita, cristal de rocha e pedras coradas.
- GRUPO G: abrangendo os Municípios de Novo Cruzeiro, Caraí e Padre Paraíso: água-marinha, berilo, mica, grafita, feldspato, cristal de rocha e pedras coradas.
- GRUPO H: abrangendo os Municípios de Virgem da Lapa, Araçuaí, Coronel Murta, Itinga e Itaobim: ouro, diamantes, prata, crisoberilo, mica, feldspato, calcário, berilo, topázio, cassiterita, ambligonita, ametista, turmalina, cristal de rocha, columbita, grafita, caulim e amianto.
- GRUPO I: abrangendo os Municípios de Rubelita, Salinas, e Rio Pardo de Minas: cassiterita, grafita, mica, morganita, tantalina, ametista, topázio, citrino, turmalina, berilo, água-marinha, ambligonita, cristal de rocha, feldspato e caulim.
- GRUPO J: abrangendo os Municípios de Riacho dos Machados, Porteirinha e Taiobeiras: ferro, berilo, grafita, cristal de rocha, calcário e pedra coradas.
- GRUPO K: abrangendo os Municípios de Comercinho, Medina, André Fernandes e Pedra Azul: água-marinha, citrino, topázio, morganita, feldspato, caulim, grafita, tantalita, cassiterita, turmalina, berilo, mica, ambligonita, apatita, cristal de rocha e columbita.
- GRUPO L: abrangendo os Municípios de Jequitinhonha, Joáima, Felisburgo, Rubim e Rio Pardo: diamantes, crisoberilo, água-marinha, turmalina, grafita, mica, ametista, topázio, citrino, quartzo róseo, cristal de rocha e bismuto.
- GRUPO M: abrangendo os Municípios de Almenara, Santo Antonio do Jacinto, Santa Maria do Salto e Jacinto: berilo, grafita, mica, cristal de rocha, pedras coradas e bismuto.
- GRUPO N: abrangendo os Municípios de Bandeira, Jordânia e Salto da Divisa: berilo, grafita, cristal de rocha, pedras coradas e topázio azul.

Figura 01 - Mapa geológico simplificado dos vales do Jequitinhonha e Mucuri



Fonte: KUCHENBECKER, Matheus (2017)

Legenda: (A) Mapa geológico simplificado dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, baseado em Pinto e Silva (2014) e Dalton de Souza et al. (2003). As estruturas tectônicas foram omitidas; (B) Perfil geológico E-W, esquemático, dos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Em toda a sua porção territorial, o Vale do Jequitinhonha tem sido alvo de grandes empreendimentos de mineração. No médio Vale do Jequitinhonha, precisamente no município de Araçuaí-MG, está presente incidência muito grande de empresas para extração de lítio (Figura 02).

Figura 2 – Mapa de Minas Gerais com jazidas ou ocorrências de minerais de lítio



Fonte: CHAVES, Mario et. al. (2018, p. 06).

Observação: 1) Araçuaí-Itinga; 2) Conselheiro Pena-Divino das Laranjeiras; 3) Santa Maria do Suaçuí; 4) São João del Rei

Na obra “Avaliação do potencial do lítio no Brasil: área do médio rio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais: texto explicativo e mapas” Paes (2016, p. 25) indica que a região “compreende a principal região produtora de lítio do Brasil, situada nos municípios de Itinga e Araçuaí, que detém 100% das reservas oficiais do metal, segundo o Anuário Mineral Brasileiro (AMB) considerando ano base 2009 (DNPM, 2010)”. A obra apresenta o Projeto Avaliação do Potencial do Lítio no Brasil que “tem como objetivo principal a melhoria do conhecimento sobre os depósitos de lítio (e demais elementos/minerais associados) relacionados a pegmatitos, com respeito à sua distribuição regional, seus aspectos descritivos e genéticos, seus guias prospectivos e modelos exploratórios.” (PAES, 2016, p. 09). Foi proposta pelo Departamento de Recursos Minerais (DEREM) da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em resposta a uma demanda estratégica do Governo Federal do Brasil.

O lítio tem sido um dos motivos de conflitos no Vale do Jequitinhonha, conforme Lage (2019, s/p):

A exploração do Lítio, que já é chamado de “petróleo branco”, tem sido usada como argumento para a “salvação” do “Vale da Miséria”, forma como é conhecida a região do Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. A mineradora Sigma, que está em processo de licenciamento para

exploração em uma APA - Área de Preservação Ambiental da Chapada do Lagoão, alega investimentos na ordem de R\$230 milhões para geração de 200 empregos na região entre os municípios de Itinga e Araçuaí.

As riquezas minerais, culturais e sociais do Vale costumam ser subjugadas por interesses de uma minoria que concentra renda e posses na região, justificando investimentos que favorecem grandes fazendeiros e mantém a desigualdade [...].

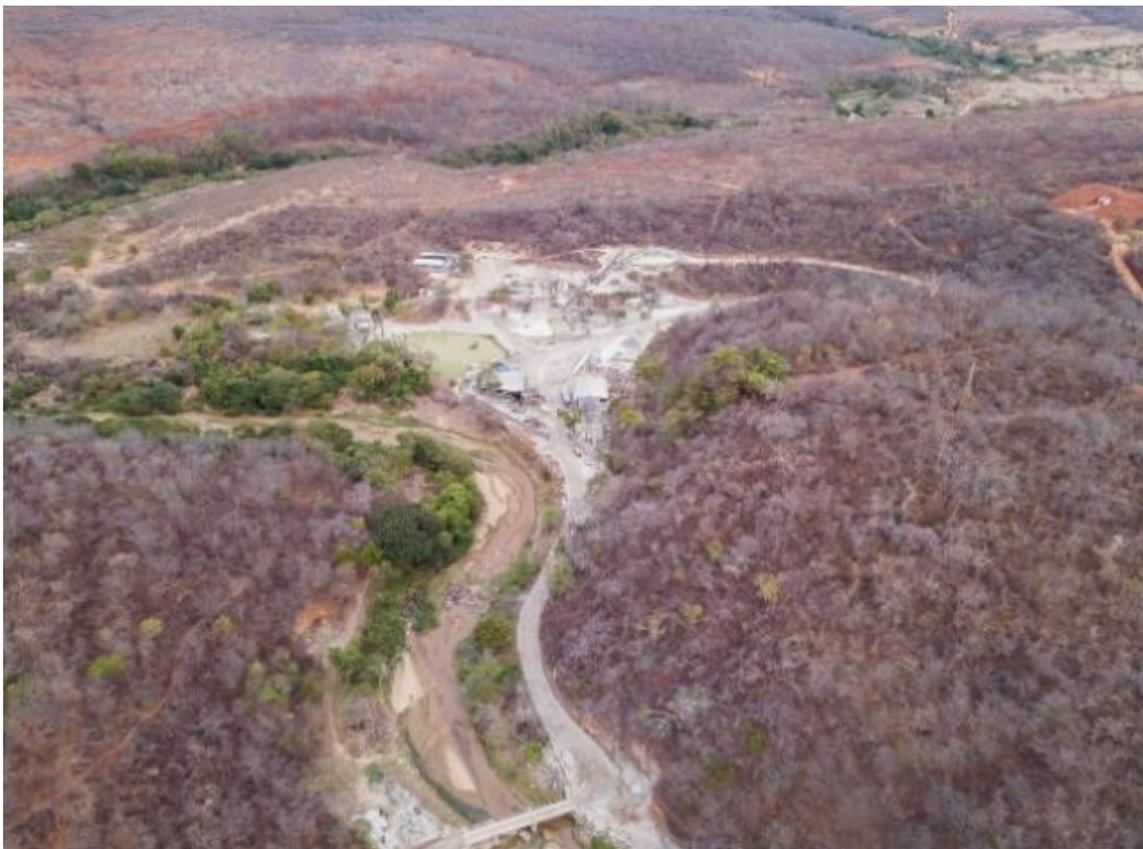
A APA da Chapada do Lagoão é uma importante reserva de biodiversidade sertanista, reduto de plantas medicinais e frutos do cerrado que ajudam a complementar a renda das famílias que moram no entorno. Em época de pequi, uma iguaria da culinária local, os coletores vão à Chapada em busca dos frutos para serem vendidos nas feiras. Assim fazem também as tradicionais raizeiras e raizeiros do Vale. É na Chapada do Lagoão que buscam ervas, raízes e folhas para produzirem medicamentos naturais, para consumo ou para serem vendidos nas feiras da região. [...]

A Chapada do Lagoão é conhecida como a caixa d'água da região, à época da criação da APA em 2007 foram catalogadas 130 nascentes na área. Essas nascentes são responsáveis por abastecer tanto as famílias, quanto os córregos da região que vão desaguar nos rios Araçuaí e Jequitinhonha. (LAGE, 2019, s/p).

Apresentamos na sequência (Figura 03) quatro registros do fotojornalista Nilmar Lage, realizadas no município de Araçuaí, em 2019, e retratam cenários que envolvem a mineração de lítio.

Figura 03 – Fotografias referentes à mineração de lítio no município de Araçuaí







Fonte: Nilmar Lage, 2019.

A partir da Pesquisa Social em andamento, vinculada às atividades do Projeto Veredas Sol & Lares, no que tange a realização de diagnóstico social em 21 municípios do vale do rio Jequitinhonha e do alto do rio Pardo, dentre as 80 comunidades atualmente vinculadas ao processo de estudo da realidade a partir de metodologias participativas identificamos situações de conflitos vinculados à atividade de mineração realizadas por empresas em cerca de 20 comunidades. Na linha dos grandes projetos de desenvolvimento, cabe citar o caso do Projeto Bloco 8 cujo impacto regional compromete várias comunidades:

A empresa Sul Americana de Metais S/A (SAM), controlada pela Honbrigde Holdings Ltda. sediada em Hong Kong, pretende transformar a região Norte de Minas Gerais em um Distrito Ferrífero, isto é, **um novo polo minerário** a exemplo do que hoje ocorre nas regiões de Conceição do Mato Dentro, Brumadinho e do Quadrilátero Ferrífero, onde se encontra, dentre outros, o município de Mariana.

Tendo adquirido direitos minerários em vários municípios do Norte de Minas, desde 2006, quando iniciou os estudos geológicos, a SAM tenta viabilizar a exploração de minério de ferro na região. O alvo da mineradora são os municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho, onde pretende implantar o Projeto Bloco 8. (MAB, 2019, s/p)

As comunidades tradicionais geraizeiras do Vale das Cancelas são as mais ameaçadas e historicamente enfrentam problemas com expropriação territorial e outros tipos de violências:

Em inquérito civil, o Ministério Público Federal aponta apropriação privada de terras públicas de uso das comunidades geraizeiras a cinco empresas: a Florestas Rio Doce – empresa que Lurdes nomeia como responsável pela expulsão de sua família –, a Norflor Empreendimentos Agrícolas, a Floresta Minas Reflorestamento e a Rio Rancho Agropecuária. Essa última é de propriedade do ex-governador e ex-deputado federal por Minas em três legislaturas, Newton Cardoso, e seu filho Newton Cardoso Júnior, também deputado federal (PMDB-MG). (MOTA, 2018, s/p).

Em publicação realizada pelo Jornal Brasil de Fato (2019 s/p),

O Bloco 8 construiria a maior barragem de rejeitos de todo o Brasil e uma das maiores da América Latina. O projeto estará localizado nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Josenópolis. Segundo estudo do MAB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), seriam 2596 hectares de barragem e aproximadamente 1,5 bilhão de toneladas de rejeito de minério armazenadas. Já o mineroduto só perderia em extensão para o maior do mundo, o Minas-Rio da Anglo American, que tem 529 km. Além disso, o complexo minerário consumiria 6,2 milhões de litros de água por hora na região, que sofre com a seca.

A Sul Americana de Metais já possui uma outorga – ou seja, o direito de uso – da Agência Nacional das Águas (ANA) que lhe permite retirar 54 milhões de m³ de água por ano da barragem de Igarapé, construída no rio Jequitinhonha, para utilizar no projeto. Essa quantidade seria suficiente para abastecer por dois anos a cidade mineira de Montes Claros, onde moram mais de 400 mil pessoas.

A chegada desses grandes empreendimentos traduz um cenário de disputas territoriais e, sobretudo, demonstram também o aval das políticas de estado que regula o acesso as terras e a esses recursos minerais, sobretudo, pautada na especulação minerária e interesses próprios baseado na acumulação do capital.

Portanto, estes relatos e imagens trazem uma breve contextualização da realidade regional e, principalmente, indicativos de que a disputa pela apropriação dos recursos minerais vai acirrar os conflitos e violências no espaço agrário do vale do Jequitinhonha e do alto rio Pardo. A disputa está colocada e coloca em evidência que a questão agrária brasileira ainda está latente e enraizada na estrutura desigual produzida historicamente pela luta de classes no campo.

Considerações finais

Apresentamos várias questões que merecem aprofundamento analítico, seja com pesquisas complementares, seja com debates teóricos. É evidente, para nós, que é preciso compreender as profundas relações entre a questão agrária, mineração e os grandes projetos de desenvolvimento.

O Vale do Jequitinhonha apresenta relações profundas com a questão agrária, o desenvolvimento e a mineração, no que refere o uso do território pela chegada de grandes empreendimentos que afetam os modos de vidas, influenciam na divisão sexual do trabalho e na divisão internacional do trabalho e no controle a terra. O tema da mineração é uma área de pesquisa que tem uma enorme demanda de trabalhos científicos e engajamento da academia, pois, gera grandes polêmicas, contradições e disputas. Este assunto passa

também por compreender o desenvolvimento, geração de emprego, renda, sustentabilidade, interesse social etc. Essas perspectivas são fundamentais para o entendimento da dinâmica regional e os estigmas sociais

Neste sentido, atualmente estamos debruçando a compreender sobre o garimpo tradicional como modo de vida. E neste texto apresentamos em linhas gerais uma análise que abre várias possibilidades de pesquisa sobre o tema questão agrária, a mineração, desenvolvimento e questão energética.

A lógica hegemônica do desenvolvimento com viés economicista já encontra seus limites e, de modo geral, não gera mais encantamento entre sujeitos, povos e comunidades tradicionais. Ao contrário, os sujeitos do campo e organizações sociais – em especial os movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), entre outros – tem demonstrado capacidade de organizado e atuado na resistência com enfrentamento aos discursos e projetos. Cabe, também, às instituições de ensino superior públicas da região, assumir seu compromisso social e político no que tange a problematização e análise da realidade, a produção de conhecimentos e de atividades de extensão em diálogo com os povos e comunidades, de modo que seja possível avançar em outras propostas, com outras referências, e que superem as monoculturas da mente (SHIVA, 2003).

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. e TAVARES, Eduardo. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, n. 521, v. 1, 2019, p. 190-233.

ALENTEJANO, P. R. R. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011. Disponível em <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/426/403>

ALMEIDA, C. S. de. **Território da água, território da vida**: comunidades tradicionais e a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha. 2018. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVM), Diamantina, 2018.

BRANDÃO, J. G. J. **O Vale do Jequitinhonha e sua Riqueza Mineral**. Belo Horizonte, 1974.

CHAVES, M. et. al. Lítio. In: PEDROSA-SOARES, A. et. al. (coord.). **Recursos minerais de Minas Gerais *OnLine***: síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica, e meio ambiente e mineração de Minas Gerais. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), 2018, p. 01-19.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUB, Luciana e SILVA, Frederico et. al. (orgs.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 52-90

FÁVERO, C. et al. **Formação em agroecologia nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Diamantina, UFVJM, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

KUCHENBECKER, M. **Geologia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: uma revisão**. Anais do I Simpósio de Arqueologia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2017, p. 1-14, Diamantina: UFVJM, 2017.

LAGE, N. Lítio: **A nova salvação do Vale da Miséria (É mesmo?)**. Movimento dos Atíngidos por Barragens (MAB), 2019. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/l-tio-nova-salva-do-vale-da-mis-ria-mesmo> Acesso em 04 nov. 2019.

LOPES, R. Segundo maior mineroduto do mundo pode ser construído no Norte de Minas. **Jornal Brasil de Fato**, Belo Horizonte (MG), 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/06/segundo-maior-mineroduto-do-mundo-pode-ser-construido-no-norte-de-minas/> Acesso em 04 nov. 2019.

MARTINS, M. L. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. **Revista Estatística Econômica**, São Paulo, v. 38, n. 3, jul./set., 2008, p. 611-638.

MARTINS, M. L. O Jequitinhonha dos viajantes, séculos XIX e XX: olhares diversos sobre as relações sociedade-natureza no nordeste mineiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 707-728, jul./dez 2008.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833.

MONTEIRO ELIAS, M. F. A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri – Minas Gerais. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, Setembro 2013. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vsimposio.html Acesso em 14 fev. 2018.

MOTA, J. **Geraizeiros do Vale Das Cancelas**: Famílias que viviam nas chamadas “terras livres” lutam para retomar áreas que foram judicialmente apropriadas por fazendas. **Repórter Brasil**, 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/geraizeiros-do-vale-das-cancelas/>

MOVIMENTO DOS ATÍNGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Mineradora quer transformar o Norte de Minas em novo polo minerário. 2019. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/mineradora-quer-transformar-norte-minas-em-novo-polo-miner-rio> Acesso em 15 out. 2019

PAES, V. et. al. (orgs.). **Avaliação do potencial do lítio no Brasil**: área do médio rio Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais: texto explicativo e mapas. Belo Horizonte: CPRM, 2016

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL)**, Buenos Aires, n. 16, 2005, p. 23-34.

RIBEIRO, L. Gênero, técnica e temporalidade no garimpo tradicional. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress, **Anais...**, Florianópolis, 2017, p. 01-12.

SAMPAIO, P. de A. **Questão agrária e dilemas da formação nacional**. Conferência, São Paulo: UNESP, 2001, p. 01-43.

SANTOS, M. e GLASS, V. **Atlas do Agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SCLIAR, C. Dotação mineral, meio ambiente e desenvolvimento no Alto Jequitinhonha. **Revista Geonomos**, v. 3, n. 1, 1995, p. 65-75.

SERVILHA, M. de M. **Quem precisa de região? o espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. [tradução Dinah de Abreu Azevedo]. São Paulo: Gaia, 2003.

SOARES, G. C. **Na trilha guerreira dos Borun**. Belo Horizonte: Núcleo de Publicação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2010.

SOUZA, J. V. A de & HENRIQUES, M. S. (Org.). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SULZBACHER, A. W. e STEFFENS, G. Veredas Sol e Lares nos Vales do Jequitinhonha (MG): direitos humanos e políticas públicas para quem? **Revista Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, 2019, p. 01-14.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOOD, E. M. **As origens agrárias do capitalismo**. Artigo publicado originalmente em *Monthly Review*, vol. 50, n. 3, julho/agosto de 1998.

Sobre os autores

Aline Weber Sulzbacher – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2007). Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2009). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2015). Docente da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-3353-458>

Leonardo Cesar Fernandes – Graduação em Geografia em andamento pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5462-7448>

Clebson Souza de Almeida – Graduação em Educação do Campo pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (2015). Mestrado em Estudos Rurais pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (2018). Docente da

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **OrcID** –
<https://orcid.org/0000-0002-5475-2190>

Como citar este artigo

SULZBACHER, Aline Weber; FERNANDES, Leonardo Cesar; ALMEIDA, Clebson Souza de. “Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 393-41, Dossiê, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

O presente artigo foi elaborado de maneira horizontal e colaborativa entre os autores a partir da área de atuação e de estudos de cada um/a, contando com a experiência acumulada nos trabalhos junto ao Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. A coordenação se deu pela professora **Aline Weber Sulzbacher** e pelo estudante/pesquisador bolsista **Leonardo Cesar Fernandes**. Ambos elaboraram o texto inicial, que foi complementado pelo professor **Clebson Souza de Almeida**. A versão final foi revisada e formatada de maneira conjunta pelos três autores

Recebido para publicação em 20/09/2020
Aceito para a publicação em 10/06/2021